
Dossiê: História recente da política externa da América Latina
uma questão de elites?

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.36663>

**Todo o mundo é um palco: viagens de campanha nas eleições presidenciais
brasileiras de 1989**

All the world's a stage: campaign travels in the 1989 Brazilian presidential elections

*Todo el mundo es un escenario: viajes de campaña en las elecciones presidenciales
brasileñas de 1989*

Guilherme Casarões*

<https://orcid.org/0000-0002-8887-6538>

RESUMO: As eleições presidenciais brasileiras de 1989 representam um dos principais marcos da consolidação democrática no país. Como uma das características mais marcantes daquele processo, diversos candidatos passaram períodos consideráveis de campanha fora do Brasil. O que explica esse movimento internacional dos presidenciáveis? Argumentamos que as viagens internacionais realizadas pelos principais candidatos à presidência permitiram-lhes importar para o debate político nacional pautas, ideias e personagens que pudessem legitimar suas próprias agendas, no contexto do ocaso da Guerra Fria, servindo de importante plataforma política. Trata-se de algo particularmente visível no caso da política exterior de Fernando Collor de Mello, um político sem tradições partidárias ou convicções públicas anteriores que pudessem jogar luz sobre aquilo que viria a ser governo em questões internacionais. A partir de fontes primárias e jornalísticas, o objetivo deste artigo é reconstruir a narrativa da corrida presidencial de 1989 a partir das questões internacionais, mostrando como essas ideias, as pautas e os personagens foram incorporadas ao repertório das principais candidaturas.

Palavras-chave: Eleições. Política externa. Nova República. Viagens internacionais. Campanha presidencial.

* Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual de Campinas (Programa San Tiago Dantas). É professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e coordenador do Observatório da Extrema Direita. Pesquisa temas ligados à política externa brasileira, extrema direita e nacionalismos religiosos em perspectiva comparada. E-mail: casaroes@gmail.com.

ABSTRACT: The 1989 Brazilian presidential elections represent one of the main milestones of democratic consolidation in the country. As one of the most striking characteristics of that process, several candidates spent considerable campaign time abroad. What explains this international strategy of presidential candidates? We argue that the international trips made by the main presidential candidates allowed them to import agendas, ideas and political figures into the national political debate in such a way they could legitimize their own agendas at home. International travels served as an important political platform at the Cold War's end. This is something particularly visible in the case of the foreign policy platform of Fernando Collor de Mello, a politician without party traditions or previous public convictions that could shed light on what would become government on international issues. Drawing on primary and journalistic sources, the aim of this article is to reconstruct the narrative of the 1989 presidential race from international issues, showing how these ideas, agendas and political figures were incorporated into the repertoire of the main candidacies.

Keywords: Elections. Foreign policy. New Republic. International travel. Presidential campaign.

RESUMEN: Las elecciones presidenciales brasileñas de 1989 representan uno de los principales hitos de la consolidación democrática en el país. Como una de las características más llamativas de ese proceso, varios candidatos pasaron períodos considerables de campaña fuera de Brasil. ¿Qué explica este movimiento internacional de candidatos presidenciales? Sostenemos que los viajes internacionales realizados por los principales candidatos presidenciales les permitieron importar al debate político nacional agendas, ideas y personajes que pudieran legitimar sus propias agendas, en el contexto de la guerra fría, sirviendo como una importante plataforma política. Esto es algo particularmente visible en el caso de la política exterior de Fernando Collor de Mello, un político sin tradiciones partidistas ni convicciones públicas previas que podría arrojar luz sobre lo que sería gobierno en temas internacionales. A partir de fuentes primarias y periodísticas, el objetivo de este artículo es reconstruir la narrativa de la carrera presidencial de 1989 a partir de temas internacionales, mostrando cómo estas ideas, agendas y personajes fueron incorporados al repertorio de las principales candidaturas.

Palabras clave: Elecciones. Política exterior. Nueva República. Viajes internacionales. Campaña presidencial.

Como citar este artigo:

Casarões, Guilherme. "Todo o mundo é um palco: viagens de campanha nas eleições presidenciais brasileiras de 1989". *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 88-117.

As eleições presidenciais brasileiras de 1989 representam um dos principais marcos da consolidação democrática no país. Em quase trinta anos, foi a primeira oportunidade que muitos

eleitores tiveram de votar diretamente para escolher seu principal mandatário. O ineditismo do pleito, somado à efervescência do sistema político no contexto da aprovação da Constituição de 1988 e ao sentimento generalizado da necessidade de mudanças, fez com que aquelas eleições fossem não somente recordistas em termos de mobilização eleitoral, mas também em termos de candidatos – 22 no total (Kinzo 2004, 30).

Outro elemento novo da primeira disputa presidencial da Nova República diz respeito ao fato de que diversos candidatos passaram períodos consideráveis de campanha fora do Brasil. Viagens ao exterior não são usuais em corridas eleitorais, salvo em casos bastante específicos, como a busca de apoio ou votos junto a comunidades de nacionais em diáspora – o que não corresponde à realidade brasileira. Curiosamente, no pleito imediatamente anterior, em 1960, o candidato conservador Jânio Quadros, vinculado à União Democrática Nacional, realizou uma inusitada (e controversa) visita ao governo revolucionário cubano de Fidel Castro, consolidando a dimensão anti-imperialista que serviria de base a seu ambicioso projeto da Política Externa Independente (Arquivo Nacional 2019). A diferença, 29 anos depois, é que praticamente todos os principais contendores – Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Paulo Maluf – fizeram do mundo palanque para suas candidaturas.

Essa situação revela um aspecto inexplorado de nossa realidade eleitoral: o eventual uso das conexões internacionais para a formação das identidades políticas em disputa. Apesar de a política externa ter sido, por décadas, assunto secundário – ou mesmo inexistente – no debate presidencial brasileiro (Lopes; Faria 2014), as eleições de 1989 foram marcadas pela recorrente busca de apoio internacional, na forma de associações político-partidárias transnacionais, declarações favoráveis de líderes estrangeiros ou mesmo singelos *photo-ops* com mandatários conhecidos.

O que explica esse movimento internacional dos candidatos à sucessão presidencial de 1989? É razoável dizer que o Brasil vivia, naquela quadratura histórica, uma crise de identidades políticas: o colapso do modelo nacional-desenvolvimentista inaugurado por Getúlio Vargas, somado ao prolongado desgaste político proporcionado pela ditadura civil-militar instaurada em 1964, limitava o raio de ação das principais lideranças nacionais, que não mais poderiam buscar no passado seus referenciais identitários. A opção, portanto, foi olhar para o mundo – e importar, para o debate político nacional, pautas, ideias e personagens que pudessem legitimar suas próprias plataformas, no contexto do ocaso da Guerra Fria. No caso da esquerda, representada por Brizola e Lula, o apelo estava nos movimentos socialistas modernos – respectivamente, a Internacional Socialista europeia, do ex-chanceler alemão Willy Brandt e do presidente francês François Mitterrand, e o novo sindicalismo americano. No caso da direita, representada por Collor e Maluf,

as figuras de grande apelo eram os governantes neoliberais do mundo anglo-saxão, Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Outras figuras prestigiosas da época, como o socialdemocrata Felipe González, premiê da Espanha, e o Papa João Paulo II, foram cortejados por todos os candidatos.

Neste artigo, argumentamos que as viagens internacionais realizadas pelos principais candidatos à presidência serviram-lhes de importante plataforma eleitoral. Trata-se de algo particularmente visível no caso da política exterior de Fernando Collor de Mello, um político sem tradições partidárias ou convicções públicas anteriores que pudessem jogar luz sobre aquilo que viria a ser governo em questões internacionais. Tudo o que o candidato do PRN apresentou ao longo da campanha representava reações – em geral, pouco elaboradas – ao que o *mundo demandava do Brasil* e que eram, em certo sentido, pontos críticos à credibilidade internacional brasileira. Ora apresentando-se com um socialdemocrata europeu, ora vestindo a túnica do neoliberalismo britânico, Collor apropriava-se de *imagens* – mais do que de *ideias* – para fins exclusivamente eleitorais. Mesmo que nunca tenha admitido ir ao exterior buscar apoio político, ao contrário do que fizeram Brizola ou Lula em seus contatos entre os socialistas europeus, o candidato do PRN apresentou-se, às lideranças mundiais, como aquele que poderia conduzir o Brasil no caminho da *modernidade* – oferecendo-lhes, para tanto, propostas relativamente ousadas (embora ingênuas, por vezes) em temas que estavam na crista do debate internacional, como ecologia ou integração regional. Mais do que simplesmente uma questão de identidades políticas, parece ter havido, no decurso da campanha de 1989, uma espécie de disputa por *prestígio*, isto é, uma corrida entre os principais candidatos para ver quem era mais bem aceito entre os grandes nomes das relações internacionais.

O objetivo deste artigo é reconstruir a narrativa da corrida presidencial de 1989 a partir das questões internacionais, mostrando como as ideias, as pautas e os personagens foram incorporadas ao repertório das principais candidaturas. Utilizaremos um conjunto vasto de fontes primárias – documentos de campanha, entrevistas de época e conversas com o autor – além de uma cuidadosa cronologia baseada na leitura dos principais jornais brasileiros – Folha de S. Paulo (FSP), O Estado de S. Paulo (OESP) e O Globo. As seções a seguir foram organizadas de modo a percorrer os principais movimentos da disputa presidencial, de maio a novembro de 1989.

Collor vai à Europa em busca de identidade política

“Preciso sair uns dias do centro do tiroteio nacional”. Assim, o pré-candidato à presidência da República, Fernando Collor, justificava sua viagem à Europa, a ser realizada em algumas semanas. Era maio de 1989 e Collor, que havia se apresentado como uma alternativa na corrida presidencial um mês antes, já abria 13 pontos de vantagem nas pesquisas eleitorais com relação ao

segundo colocado, Leonel Brizola (FSP 28/05/1989, A-6). Os ataques ao candidato do PRN subiam na mesma proporção.

Não eram poucos que encaravam com estranheza a ascensão meteórica de Collor. Pelos resultados do Ibope, o candidato do PRN passara de 5% das intenções de voto, em 5 de fevereiro, para nada menos que 32% no início de maio (Veja 17/05/1989, 40). No dia da divulgação do resultado da pesquisa Datafolha, 28 de maio, em que o desconhecido governador de Alagoas aparecia com 30% das intenções de voto, dois colunistas da Folha de S. Paulo atacaram sua candidatura a partir de críticas semelhantes. Clóvis Rossi sugeria que o “fenômeno Collor” era produto da combinação de dois fatores básicos, a “desinformação de uma parcela substancial da sociedade brasileira” e o “desencontro profundo e generalizado para com os políticos” (Rossi 1989, A-2). Carlos Eduardo Lins da Silva, por sua vez, tratava Collor como “o candidato de plástico” no contexto de uma corrida presidencial marcada pela “disputa para ver quem consegue ser mais vazio de conteúdo” (Lins da Silva 1989a, A-2).

Havia certo fundamento no que diziam. Apresentando-se como candidato jovem e renovador, Collor conseguiu granjear apoios e popularidade pelo fato de expressar o anseio generalizado de combate à corrupção e aos desmandos da máquina pública. Seus esforços de autopromoção eram estudados e, por vezes, estridentes, o que só reforçava a impressão de que havia pouca substância por trás do tom combativo de seus discursos. Mas o candidato soube, como poucos, adaptar-se às transformações pelas quais passava o mundo, ao fim da década de 1980. A longa viagem que faria à Europa, mais do que simplesmente uma decisão de esquivar-se dos ataques políticos que vinha sofrendo, também corporificava um cosmopolitismo que, no entendimento de Collor, estava em sintonia com os anseios por um Brasil moderno.

Abraçar precocemente o “thatcherismo”, uma alternativa privatista e modernizante em ascensão ao redor do mundo, foi a maneira que o governador alagoano encontrou de distinguir-se, pela direita, da “geleia geral” – termo habilidosamente empregado por André Singer – que se tornara o debate da sucessão presidencial e, ao mesmo tempo, conectar-se às tendências internacionais da era da globalização (Singer 1989, A-2). Pela esquerda, buscava aproximar-se dos socialistas espanhóis – que haviam empreendido a mais bem-sucedida experiência de pacto social pós-autoritário – e costurar um “Pacto de Moncloa” à brasileira (O Globo 01/06/1989, 3).

Enquanto os outros candidatos estiveram fadados a construir suas identidades políticas a partir de referências do passado, herdadas dos tempos de Getúlio ou dos militares, Collor – proponente de uma espécie de antipolítica que lhe serviu de impulso eleitoral – valeu-se mais livremente dos vínculos internacionais que costurava como seu cartão de visitas. Por isso mesmo, aproveitou os dias que passaria fora do país para colecionar oportunidades fotográficas e

apresentar-se, tanto para o público doméstico quanto para os espectadores externos, como a “nova cara” do Brasil.

O mundo, um capítulo particular da batalha presidencial

Fernando Collor não foi o único a realizar viagens internacionais como parte da campanha à sucessão, mas talvez tenha sido o que lhes conferiu maior importância, uma vez que faziam parte da construção de seu discurso modernizante. A agenda dos demais candidatos, em contraste, era eminentemente defensiva. Na viagem de Lula à Europa, em março de 1989, a principal pauta trazida na conversa com políticos socialistas na França e na Itália girava em torno do temor que o candidato tinha da possibilidade de, caso eleito, ocorrer uma manobra para impedir sua posse. O candidato do PT defendeu a formação de uma “frente democrática” de governos e partidos europeus para preservar o processo democrático no Brasil (OESP 03/03/1989, 6)¹. No caso da visita a Washington, em maio, Lula encontrou-se com Stanley Gacek, uma das lideranças do novo sindicalismo norte-americano, fortalecendo os laços com a Central Única dos Trabalhadores e o movimento sindical brasileiro (Aith 2002; FPA 2012). No início de julho, o candidato do PDS, Paulo Maluf, passou três dias na Bolívia reunindo-se com diversos grupos políticos e representantes da sociedade civil (OESP 13/07/1989, 7). Seu intuito principal era conhecer, em detalhes, a concepção e implementação do plano econômico do ministro Gonzalo Sánchez de Lozada, responsável por conter a hiperinflação do país, avaliada em 28.000% entre 1983 e 1985 (Sachs, 1987).

O principal candidato da esquerda, Leonel Brizola, também realizou viagem à Europa. Passou por Portugal, França e Suécia, encontrando-se com os presidentes Mário Soares, em Lisboa, e François Mitterrand, em Paris. Tratou, com ambos, de temas caros à política brasileira, como a questão da dívida externa e do meio ambiente – assunto particularmente sensível às autoridades francesas, que vinham aumentando o tom contra a depredação ambiental no Terceiro Mundo (FSP 20/06/1989, A-4). Com relação aos juros da dívida, Brizola apoiou iniciativa francesa de redução das taxas de juros sobre os empréstimos à Polônia e sugeriu que esse modelo poderia ser aplicado no caso brasileiro. No que concerne à ecologia, o candidato do PDT prometeu criar uma secretaria exclusiva para assuntos ambientais, recebendo garantias do presidente francês de que a soberania

¹ O giro de Lula ficou circunscrito a Itália, Vaticano e França. O candidato foi recebido pelo Papa João Paulo II, no dia 2 de março, mas o contato limitou-se a um rápido aperto de mão – que refletiu o momento delicado pelo qual passavam as relações entre o Vaticano e a Igreja progressista do Brasil, identificada com o PT. Na Itália, Lula encontrou-se com representantes da Confederação Geral dos Trabalhadores Italianos, de linha comunista. Em Paris, Lula encontrou-se com o ex-primeiro ministro e presidente da Assembleia Nacional, o socialista Laurent Fabius, além do primeiro-ministro francês, Michel Rocard, e o secretário-geral da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), Jean Kaspar (OESP 04/03/1989, 4).

dos países não seria colocada em risco em função das preocupações ambientais globais. Em Estocolmo, participou do Congresso da Internacional Socialista (IS), do qual se elegeu vice-presidente. Conduzindo o PDT a membro efetivo da IS, Brizola ampliaria suas possibilidades de discutir problemas em nível global, como dívida externa e ecologia (FSP 22/06/1989, A-6).

Embora a turnê europeia de Brizola tenha sido propositiva, sua motivação para cruzar o Atlântico estava diretamente ligada a Collor, seu principal concorrente. Com viagens marcadas para a mesma semana, ambos se envolveram numa espécie de “disputa de prestígio” entre os mais importantes líderes socialdemocratas (OESP 20/06/1989, 6). Antecipando-se ao ex-governador de Alagoas, Brizola apressou-se para marcar audiências de alto nível, valendo-se da ampla rede de lideranças socialistas que havia construído nos tempos de exílio, para ofuscar a passagem de seu rival pela Europa. A propósito dessa disputa, escreveu Tales Faria que “Brizola deve ter marcado pontos esta semana na corrida [presidencial] (...). Conseguiu dividir com Collor igual espaço no noticiário [e] abafou, até agora, todo o trabalho de marketing que a assessoria de Collor havia preparado para sua turnê pela Europa” (Faria 1989, A-2).

A queda de braço com Brizola não impediu que o candidato do PRN colhesse dividendos em solo europeu. Tratava-se, afinal, de viagem muito mais ambiciosa e longa, em que seriam percorridos sete países em quase vinte dias. Durante seu período no exterior, fez da política externa um dos pilares de seu discurso, apresentando-se como contraponto a um governo que havia contribuído, no entendimento de alguns, para uma corrosão (quase terminal) da imagem internacional do país (Waack 1989, 2).

A construção errática de uma agenda internacional

Foram exatamente os problemas econômico, financeiro e ecológico que Collor buscou atacar em seus encontros de alto nível na Europa, iniciados no dia 19 de junho. Preocupava-o, em particular, como o Brasil se tornaria uma economia competitiva e aberta, após a derrocada do modelo nacional-desenvolvimentista que prevalecera até o fim daquela década; como o país poderia renegociar sua dívida externa e abrir caminho para a retomada do crescimento; como se poderiam superar as críticas internacionais com relação à preservação ambiental e à questão amazônica, mais especificamente.

Tratava-se, contudo, de esboços de ideias, muitas das quais refletiam não somente voluntarismo como, também, certa ingenuidade. Collor buscava blindar-se de possíveis derrapadas confessando ser “um homem do Nordeste, com uma visão pouco aprofundada da realidade internacional”. Aparentemente, tinha menos interesse em granjear apoios e mais vontade de estabelecer contatos com as lideranças europeias, em busca de um ponto de sustentação ideológica

que pudesse ser incorporado à sua identidade política. Mas não havia clareza sobre que orientação tomaria Collor, quando voltasse ao Brasil. Questionado, na viagem, se suas ideias convergiam com a social-democracia, o candidato negou e se autodenominou um “reformista de centro” – interessado tanto nos socialistas franceses e portugueses quanto nos liberais britânicos. Chegou até a elogiar o modelo econômico de Gorbachev, dizendo que ele “se compatibiliza com minha base programática” (OESP 20/06/1989, 7).

Na primeira parada, em Lisboa, Collor reuniu-se com o primeiro-ministro português, Cavaco Silva. Ambos debateram, no encontro, o papel que Portugal poderia desempenhar como eixo fundamental da necessária aproximação entre os países da América Latina e a Comunidade Econômica Europeia. O candidato, que tentava vender domesticamente a reputação de “caçador de marajás”, também sugeriu que criaria, se eleito, uma procuradoria especial para combater crimes de corrupção (FSP 20/06/1989, A-5). Collor também almoçou com o presidente português, Mário Soares. À ocasião, propôs a criação de um “imposto sobre poluição”, para taxar os países que poluem o meio ambiente. Baseada na tese do professor Samuel Isaac Benchimol², a proposta sugeria que um organismo designado pelas Nações Unidas cobrasse esse imposto dos países de acordo com a carga de poluição jogada nos rios, mares ou ar. Os fundos arrecadados deveriam ser revertidos para países que tivessem projetos consistentes de combate à poluição. Confrontado com a afirmação de que a ONU não é um governo e que não pode, por conseguinte, impor multas ou impostos, Collor tergiversou: “se houvesse algum órgão com poder para isso, seria exatamente a ONU” (FSP 19/06/1989, A-6).

No dia 21 de junho, o ex-governador rumou para Paris, onde desembarcou ainda sem saber se seria recebido por François Mitterrand. Collor foi o quarto candidato a visitar a capital francesa no contexto da sucessão presidencial, sendo precedido por Ulysses, Lula e Brizola. Foi o primeiro, contudo, a ser criticado pela imprensa local antes mesmo de chegar à França: numa reportagem sobre o “fenômeno Collor”, o periódico *Le Monde* chamou o candidato de “vazio”, “vago de ideias”, “filho dourado da oligarquia” e uma reprodução de um “fenômeno acontecido há 30 anos”, em referência à eleição de Jânio Quadros (FSP 21/06/1989, A-6). Sem agenda por praticamente dois dias – o primeiro-ministro Rocard não poderia encontrá-lo imediatamente, já que o candidato havia antecipado a viagem possivelmente em função das movimentações de Brizola – Collor aproveitou parte de seu tempo livre para conversar com jornalistas sobre seus projetos de política externa e dirimir a imagem negativa com a qual pousara em solo francês. Não por acaso, o primeiro

² Entrevista de Collor ao programa Roda Viva, agosto de 1989. Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/829/collor/entrevistados/fernando_collor_de_mello_1989.htm

encontro foi com o diretor do Le Monde, André Fontaine. Mas Collor também falou com diversos correspondentes brasileiros que cobriam sua viagem.

Nas conversas, buscou explicar em detalhes sua proposta sobre a renegociação da dívida externa, na qual tiraria o aval do governo sobre os débitos contraídos por estados e municípios. Além disso, revelou que uma de suas sugestões aos líderes europeus seria um “perdão substancial” da dívida. Esmiuçou, por fim, seu plano do imposto internacional aos países poluidores, segundo o qual seria calculada uma tarifa de US\$ 100 por tonelada/ano de emissão poluente a ser cobrada das nações, com mediação da ONU. A *Folha de S. Paulo* desqualificou a ideia como uma proposta inviável: somente de Estados Unidos, União Soviética e China seriam cobrados, respectivamente, US\$ 120 bilhões, US\$ 75 bilhões e US\$ 50 bilhões anuais. “Precisa ser muito ingênuo para imaginar que pelo menos estes três países – membros do Conselho de Segurança da ONU, com direito a veto – estejam prontos a entregar essa soma, anualmente!”, ironizou o periódico (FSP 23/06/1989, A-6).

Não foi a única gafe que Collor cometeu. Após encontro com Valéry Giscard d'Éstaing, o candidato fez referência ao ex-presidente francês (de centro-direita) como um “social-democrata”, categoria em que também incluiu a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher. Collor também exaltou as privatizações realizadas pelo socialista Mitterrand, sendo que o então presidente não só havia interrompido as vendas de estatais, como nacionalizara alguns setores da economia em seu mandato (Watkins 2003).

Ao ser perguntado sobre as razões que o levaram a buscar apoio junto aos líderes europeus, Collor foi taxativo: “só me interessa o apoio da sociedade civil brasileira”. Tudo indicava que, a despeito da determinação em se apresentar como um candidato cosmopolita, as propostas levadas à Europa eram balizadas pelo mesmo voluntarismo que caracterizava sua campanha desde o princípio.

A única reunião de alto nível que Collor conseguiu na França foi com o primeiro-ministro Rocard, no dia 23 de junho. Levou ao Palácio Matignon uma versão traduzida de sua proposta do imposto sobre poluição, mesmo tendo sido alertado por jornalistas, poucos minutos antes da audiência, que os valores sugeridos originalmente eram impraticáveis, sobretudo aos grandes poluidores globais³. Outro tema central abordado na conversa com Rocard dizia respeito à dívida externa brasileira. Ao contrário das expectativas, o candidato do PRN não apresentou a proposta

³ Collor admitiu que não havia realizado os cálculos dos montantes finais, mas que o valor proposto de US\$ 100 por tonelada/ano serviria apenas como um “elemento de partida”. Ao sair da reunião com Rocard, o candidato disse que o primeiro-ministro havia recebido a proposta “com simpatia”, embora não pudesse aceitá-la prontamente porque precisaria, antes de tudo, submetê-la a setores da sociedade francesa (FSP 24/06/1989, A-11).

da retirada do aval das dívidas setoriais, sobre a qual comentara longamente aos jornalistas no dia anterior. Ainda assim, Collor disse haver “aprofundado” a discussão sobre a dívida externa, sobretudo a respeito de suas implicações sociais, e obtido o apoio do primeiro-ministro na busca do reescalonamento da dívida e no repúdio às teses “monetaristas”, de alto custo social, que prevaleciam entre os operadores do Fundo Monetário Internacional até a eleição do francês Michel Camdessus, em 1987. O máximo que o candidato conseguiu extrair de Rocard, entretanto, foi uma vaga manifestação de simpatia ao “terceiro-mundismo” (OESP 24/06/1989, 5).

Limites e contradições da estratégia internacional de Collor

As preocupações de Collor começavam a mudar após a passagem pela França. A viagem estava sendo conturbada, em função das questões de agenda, e a exposição nos meios de comunicação haviam revelado diversas incongruências nas propostas “modernas” do candidato. Do outro lado do oceano, brigas internas corroíam a já frágil base partidária do PRN, que acabava de perder algumas lideranças importantes em Santa Catarina e no Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo, eclodia um escândalo potencialmente destrutivo à sua candidatura: descobriu-se que Collor havia contratado, na última semana de seu mandato como prefeito de Maceió, nada menos que 1.463 novos servidores, sem concurso, para a Secretaria de Educação.

Por fim, rumores de uma candidatura “surpresa” poderiam colocar a vantagem de Collor em xeque. Especulações de que Jânio Quadros sairia candidato à presidência, aos 72 anos, traziam um componente adicional de ansiedade à (já pulverizada) corrida eleitoral do fim do ano. Esse foi o foco da primeira entrevista concedida pelo candidato ao desembarcar na Itália. Demonstrando confiança em sua candidatura, Collor negou a jornalistas que acreditasse no retorno de Jânio e arrematou: “a candidatura Collor tem uma dimensão que não é a mesma das demais, que pertencem ao sistema e já foram metabolizadas e desmetabolizadas pelo próprio sistema. A minha candidatura é anti este sistema que está aí” (FSP 24/06/1989, A-11).

Em Roma, o ex-governador alagoano encontrou-se com Amintore Fanfani, ministro do Orçamento e da Programação Econômica. Também teve uma audiência com o vice-presidente do Conselho de Ministros, Gianni de Michelis, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti. Pela primeira vez, Collor não expôs aos jornalistas a pauta das conversas e de suas propostas junto às lideranças italianas. Preferiu, em vez disso, frisar que seu único objetivo era o de conhecer as opiniões dos políticos europeus. A única menção à conversa com Andreotti, por exemplo, foi feita pelo próprio ministro, que disse a correspondentes brasileiros que apoiava a ideia de Collor de “tornar o pagamento do débito do Brasil mais leve” e que o candidato tinha “ideias claras” sobre ecologia (FSP 25/06/1989, A-8). Collor tampouco reagiu às acusações que haviam

sido feitas sobre as contratações em Maceió, deixando para seu assessor de imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva, a explicação aos jornalistas. Além de dizer que as listas de contratações excessivas foram “enxertadas” pelos vereadores da capital alagoana, Cláudio Humberto fez questão de frisar que “Alagoas é um capítulo encerrado”, como forma de evitar novos desgastes e não tirar o foco da viagem de Collor (FSP 25/06/1989, A-8).

No dia 26 de junho, o candidato do PRN dirigiu-se ao Vaticano para um encontro com o papa João Paulo II. O sumo pontífice já tinha recebido Lula alguns meses antes, mas sem dar-lhe tratamento especial. Collor, ao contrário, conseguiu uma audiência privada – articulada, mesmo fora do prazo, pelo embaixador brasileiro no Vaticano, Arinos Filho, com a devida intercedência do cunhado de Collor, Marcos Coimbra, então embaixador em Atenas (Veja 05/07/1989, 36). Como estava em seu segundo casamento, o ex-governador não contou com a companhia sua mulher, Rosane, aconselhada por diplomatas brasileiros a não acompanhá-lo⁴. Apesar disso, o encontro em si – “a audiência mais importante desta viagem”, segundo Collor – foi um sucesso, sobretudo após a negativa de Mitterrand em recebê-lo em Paris, dias depois de uma longa conversa com Brizola. Na queda de braço simbólica das viagens internacionais, o candidato do PRN ganhava a dianteira: afinal, muito mais gente sabia quem era João Paulo II do que o presidente da França. Aos jornalistas, o candidato relatou que trataram dos problemas atuais do Brasil, como a “excessiva concentração de renda e o estado de miséria absoluta” e que pedira uma bênção para o Brasil e a América Latina. Seguiu-se à conversa com o papa um encontro com o diretor da FAO, Eduard Sauma, em que falaram sobre projetos de irrigação no Nordeste brasileiro (FSP 27/06/1989, A-6).

Em seu retorno à Itália, no dia seguinte, Collor encontrou-se com o secretário-geral do Partido Socialista Italiano, Bettino Craxi, e com o representante de relações exteriores do Partido Comunista Italiano, Giorgio Napolitano. Tratou, com o primeiro, dos temas ecológicos e financeiros que preocupavam o Brasil, conquistando a solidariedade do socialista. Após o encontro, considerado o “ponto alto” de sua passagem pela capital italiana, Collor reiterou a afinidade entre seu próprio partido, o PRN, e os partidos socialistas europeus: “O socialismo europeu busca a eficiência da máquina do Estado, busca sempre as necessidades básicas, o bem-estar social e, nesse ponto, estamos de acordo”. Com Napolitano, fez uma reunião mais protocolar, em que o

⁴ Inicialmente, Collor havia dito que Rosane o havia acompanhado. Na coluna “Painel”, da FSP, lia-se uma nota com informação divergente daquela oferecida pelo candidato no dia anterior. “À audiência, entretanto, não pôde comparecer a mulher de Collor, Rosane. O casamento deles, feito por uma certa Igreja Católica Brasileira, já que Collor é divorciado, não é reconhecido pela Igreja Apostólica Romana. Rosane já havia se preparado, comprando um véu preto em uma loja romana no dia anterior, quando foi avisada pelo Itamaraty que sua presença poderia trazer constrangimento” (28/06/1989, A-4). As informações foram confirmadas na Revista Veja, dias depois (05/07/1989, 36). Meses mais tarde, circulou uma foto do encontro entre Collor e o papa em que Rosane aparecia.

comunista declarou que o entendimento de seu partido era com o candidato Lula (FSP 28/06/1989, A-7).

A crescente disputa pelo centro

Enquanto Collor rumava a Bonn, capital da Alemanha Ocidental, o jogo doméstico ficava cada vez mais intenso. Se, por um lado, as acusações contra suas contratações incomuns na prefeitura de Maceió foram parcialmente ofuscadas pela descoberta de problemas mais graves em contratações no Rio de Janeiro, no governo Brizola, outros candidatos passam a ameaçar diretamente Collor naquilo que ele tinha de mais singular: seu discurso modernizante. Ao longo daquela semana, Maluf havia repetido diversas vezes que o Brasil precisava de uma “Thatcher de calças”, oferecendo-se a desempenhar este papel (FSP 30/06/1989, A-6).

O candidato com maior potencial de neutralizar a retórica “collorida”, entretanto, era Mário Covas. Seu discurso de lançamento de campanha, saudado pelos colegas tucanos como “discurso de estadista”, foi feito tardiamente, no dia 28 de junho. Abandonando a retórica estatista e nacionalista que havia caracterizado, em algum sentido, sua trajetória política, Covas atacou Collor (“não me submeterei (...) a qualquer jogo de aparência ou a truques de persuasão publicitária. Apresento-me ao povo brasileiro sem maquiagem, como sempre fiz”), reiterou a necessidade da política para a democracia e, mais importante, abraçou as teses modernizantes que prevaleciam à época – e que, até então, eram identificadas com o adversário do PRN: “o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios” (OESP 29/06/1989, 4). Em relação à política externa, Covas ressaltou que “o país deve participar da nova ordem econômica internacional” (FSP 30/06/1989, A-10), em referência às forças da globalização que, aparentemente, se tornavam irresistíveis.

Em meio aos rápidos encontros com o chanceler alemão, Helmut Kohl, e o ministro das Relações Exteriores, Hans Dietrich Genscher, analistas políticos e correligionários do PRN já questionavam a efetividade de uma viagem ao exterior tão longa. O encontro com os líderes germânicos não foi capaz de atrair a atenção do público como os anteriores. A jornalista, Collor disse que esses contatos lhe dariam mais força para defender os interesses brasileiros junto aos europeus (OESP 30/06/1989, 5), mas a agenda do candidato na Europa já se tornara repetitiva: meio ambiente e dívida externa dos países do Terceiro Mundo, sem nenhum acréscimo ou novidade. A coluna de Newton Rodrigues, contudo, faz um balanço favorável da viagem até aquele momento:

Tecnicamente, no esporte, como na política, é desaconselhável chegar ao máximo de desempenho antes do momento decisivo. Collor estava correndo esse risco e, desse ponto de vista, a folga lhe foi benéfica. Quanto ao chamado fracasso de entrevistas resume-se, até agora, a não ter sido recebido por Mitterrand e pelo primeiro-ministro da Itália. A lista de encontros inclui, entretanto, Mário Soares, Cavaco, Rocard, Bettino Craxi, Kohl e o papa (...). Nenhum desses personagens vota no Brasil, é verdade, o que vale para todos os casos e todos os candidatos. Por outro lado, no Brasil, algumas adesões importantes ocorreram no mesmo período (Rodrigues 1989, A-2).

De volta da rápida passagem pela Alemanha, a última parada oficial de Collor em solo italiano foi em Bologna, onde se reuniu com Romano Prodi, presidente do Instituto da Reconstrução Industrial. Um dos maiores conglomerados estatais do mundo, o IRI foi responsável pela recuperação econômica de empresas italianas e por sua posterior privatização, sendo um dos pilares do “milagre econômico” do país nas décadas de 1950 e 1960 (Araujo 2014). O candidato, acompanhado de sua assessora econômica, Zélia Cardoso de Mello, tratou de um aspecto importante de seu futuro programa de governo, as privatizações de estatais brasileiras. Queria ouvir de Prodi a melhor maneira de vender estatais deficitárias sem prejudicar o patrimônio público. “A modernização e o reaparelhamento do Estado é muito importante para nossa política econômica”, disse Collor, na saída do encontro. Sua ideia era continuar debatendo o tema com empresários e economistas de outros países europeus (OESP 30/06/1989, 5).

A próxima parada de Collor era Madri, onde se encontrou, numa apertada agenda de um só dia, com o rei Juan Carlos, com o ex-primeiro-ministro Adolfo Suárez e com o atual, Felipe González. Na pauta das conversas, além da dívida externa e da questão ecológica, o candidato retomou uma discussão que havia iniciado em Portugal: a integração da América Latina com os países europeus. As nações ibéricas eram consideradas portas de entrada para o aprofundamento das relações latino-americanas com o velho continente (OESP 04/07/1989, 4). Collor sugeriu uma possível explicação em entrevista ao programa Roda Viva, um mês mais tarde, ao ponderar que a integração era necessária “já que somos um reflexo do continente europeu”⁵. Por trás de uma formulação primária, pode-se depreender uma interpretação de fundo de que, a despeito das enormes diferenças que nos separavam das nações mais desenvolvidas da Europa, o Brasil guardava mais semelhanças com os ibéricos, de quem éramos reflexo, do que com países do Terceiro Mundo – dos quais Collor ainda não havia manifestado o desejo de se distanciar, mas que passaria a negar, em termos mais contundentes, a partir de sua eleição.

Em Londres, último destino de Collor antes de retornar ao Brasil, ele se encontrou com a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, em sua residência oficial na Downing Street 10 – naquilo que foi qualificado como uma “reunião de cortesia” pelo porta-voz do governo britânico. “Concordamos em quase tudo, menos na questão da dívida externa”, disse o candidato a jornalistas.

⁵ Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/829/entrevistados/fernando_collor_de_mello_1989.htm

Segundo ele, Thatcher permaneceu irredutível quanto à necessidade de pagamento integral da dívida externa, não aceitando o pedido de Collor para que a primeira-ministra utilizasse sua influência na busca de apoio dos países ricos a iniciativas para reduzir o encargo dos débitos das nações em desenvolvimento. Por outro lado, o candidato reportou que Thatcher elogiou a proposta de ampla desestatização da economia brasileira que lhe foi descrita, além de considerar a ideia do Imposto Mundial sobre a Poluição Ambiental oportuna, prometendo seu apoio aos esforços para viabilizá-la no âmbito das Nações Unidas (FSP 05/07/1989, A-7).

Após a reunião de meia-hora com a “dama de ferro”, Collor participou de almoço oferecido, em sua homenagem, pela Câmara Brasileira de Comércio na Grã-Bretanha, que contou com representantes do Ministério do Comércio e da Indústria, das grandes companhias e de quase todos os bancos britânicos, além de gerentes de empresas brasileiras com escritórios em Londres. Em seu discurso, em inglês, Collor afirmou que o “Brasil não pretende o isolacionismo”, mas sim “integrar-se à economia mundial de modo soberano e compatível com o necessário progresso econômico e o desejável desenvolvimento social” (OESP 05/07/1989, 4). Ao ser saudado por sir William Harding, presidente da Câmara de Comércio, como o “galã latino-americano que derreteu o coração da Dama de Ferro”, Collor fixava, diante de um público europeu, a imagem de estadista que queria construir no exterior.

O balanço da viagem

Os dezoito dias de ausência dividiram assessores. Na opinião de Cleto Falcão (PRN-AL), chefe da assessoria política do candidato, apesar dos bons contatos políticos mantidos ao redor da Europa, abriu-se um flanco na candidatura, uma vez que pouco espaço midiático lhe foi garantido durante o período. “Só o candidato consegue criar fatos para a imprensa”, completou Paulo Octávio, também dirigente do PRN nacional (OESP 04/07/1989, 5). O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva faz uma avaliação mais ponderada sobre a viagem, considerando-a bem sucedida, seja na contribuição para a formação de uma imagem de estadista, seja como válvula de escape diante das fortes pressões que se colocavam a um candidato que “estava tão por cima que o desgaste era inevitável na sequência”. O terreno perdido, para ele, era menor do que se ele tivesse ficado no Brasil, sendo bombardeado por perguntas constrangedoras e movimentações igualmente problemáticas, como o desmantelamento de algumas bases regionais do PRN. Conclui Lins da Silva:

De longe, Collor se exibiu com papa, rei, primeiros-ministros (...). [C]onseguiu se reunir com mais chefes de Estado do que qualquer um de seus concorrentes. Alguns, como João Paulo 2º e Juan Carlos, podem até render algum dividendo eleitoral num país tão fascinado por igreja e nobreza, como é o Brasil. O encontro com Thatcher serviu para consolidar a falsa imagem de que Collor é o

representante do liberalismo extremado (...), reforça a impressão de que ele é o Thatcher brasileiro (Lins da Silva 1989, A-4).

De volta ao Brasil, Collor encontrou uma situação doméstica conturbada. Sua base partidária não deslanchava, os empresários permaneciam céticos em relação ao candidato, e seus concorrentes já se posicionavam com mais clareza no contexto da corrida presidencial. O discurso de Covas ao Senado foi visto como um divisor de águas em sua campanha, pois representou um movimento para ocupar o centro do espectro político – falando, por exemplo, em “choque de capitalismo” – sem perder espaço entre os eleitores de uma esquerda mais moderada. Aureliano Chaves, do PFL, também oficializou sua candidatura poucos dias antes da volta de seu adversário do PRN, dirimindo as inseguranças quanto a um potencial retorno de Jânio Quadros, mas consolidando-se como uma alternativa à direita.

Não parece coincidência que, desde a chegada a Madri, Collor tenha se definido, reiteradas vezes, como um “reformista de centro” (OESP 04/07/1989, 4) – como fizera em Portugal –, na esperança de não deixar o centro político ser ocupado por alguma outra candidatura. No entanto, com o centro já preenchido por variadas forças mais à esquerda – como Brizola e Lula – e com um discurso “moderno”, como Covas, o candidato do PRN seria forçado a caminhar para a direita como forma de se distinguir daqueles que poderiam minar sua liderança na campanha.

Poucos dias depois do retorno ao Brasil, Collor ainda arriscou uma alternativa: vender-se como herdeiro político de Juscelino Kubitschek, na esteira do apoio de sua filha, a deputada federal do PMDB Márcia Kubitschek. Em vão: depois de Collor declarar, em Belo Horizonte, que estava “reconquistando o sentimento de mineiridade que a herdeira direta de JK me transfere”, a própria Márcia foi rápida em rebater as declarações do candidato: “Não vamos confundir as coisas: o Juscelino foi Juscelino, e o Collor é o Collor (...). Eu o apoio em meu nome, não no nome do meu pai” (OESP 08/07/1989, 5). Restava ao ex-governador de Alagoas, portanto, continuar buscando sua identidade política em algum lugar entre Madri e Londres.

Collor tampouco poderia deixar de travar a batalha política no centro. Foi pego de surpresa, assim que voltou ao país, pela manobra em curso por parte de líderes moderados do PMDB e empresários expressivos do eixo Rio-São Paulo, que se dispunham a apoiar a candidatura de Covas como uma alternativa à dele para barrar a possível eleição de um candidato de esquerda. Escreve Ricardo Noblat que, diante do risco de perder apoios que já tinha como certos, Collor foi ao encontro de Roberto Marinho, no Rio, e ameaçou renunciar à candidatura, sugerindo que “ele e os demais empresários que escolhessem outro candidato para derrotar Brizola e Lula” (Noblat 1990, 247). Em todo caso, o candidato do PRN deveria sofisticar seu discurso, buscando equiparar-se, em termos de consistência e profissionalismo, ao caminho que a candidatura do PSDB vinha

trilhando. E Collor sabia que seu principal adversário ao centro, mesmo com o apoio de setores empresariais, teria alguma dificuldade em apresentar-se como alternativa palatável ao grande público (Dimenstein 1989a, A-2).

É bem possível que essa comparação com Covas – que rendeu até mesmo uma brincadeira por parte de Delfim Netto, então deputado, que se referia a Collor como “o Covas de Alagoas” e ao candidato tucano como “o Collor de São Paulo” (Dimenstein 1989b, A-2) – tenha forçado do ex-governador alagoano a apresentar um programa consistente de governo, a respeito do qual havia se mantido estrategicamente em silêncio até então. E ele o fez no dia 12 de julho, exatamente uma semana após seu retorno ao país. Tratava-se não de um documento escrito, mas de um discurso de quase duas horas, proferido em ocasião da Convenção Nacional do PRN na qual se oficializou sua candidatura. Collor abriu sua fala declarando “guerra permanente aos piores males que infelicitem a nação: a inflação e a corrupção”. Dividindo o discurso em vinte capítulos, passou – entre propostas mais concretas e generalidades – por praticamente todos os assuntos que os institutos de pesquisa identificavam como preocupações e anseios do eleitorado brasileiro (FSP 13/07/1989, A-8).

A consolidação do programa de governo

Os temas de política externa permearam o discurso de lançamento da candidatura de Fernando Collor. Conforme argumentamos anteriormente, é possível identificar um forte componente *sistêmico* no teor das propostas, ou seja, elas mais representavam reações a pressões que nos eram colocadas vindas de fora (e devidamente assimiladas, de maneira habilidosa, pelo candidato do PRN) do que demandas societárias, derivadas da opinião pública ou de grupos de interesse particulares. Apesar disso, havia certo refinamento nas proposições que destoavam daquelas que marcaram a viagem à Europa. Parte da explicação deve-se ao fato de que, ao longo da viagem, Collor foi naturalmente amadurecendo suas posições, a partir das conversas com autoridades europeias.

Por outro lado, pode-se supor que, nos dias entre o retorno da viagem e o lançamento da candidatura, o candidato tenha sido assessorado, na formulação das propostas, por alguém do próprio Itamaraty. É o que sugere, por exemplo, matéria da *Folha de S. Paulo*, de 18 de agosto de 1989, segundo a qual se cotava o então embaixador brasileiro no GATT, Rubens Ricupero, para ser chanceler de seu eventual governo. A ele, Collor dedicara “expressões generosas” ao longo da viagem a Europa. Quem o instruíra em assuntos internacionais, até então, era sua assessora econômica, Zélia Cardoso de Mello, cujos conceitos “não chegaram a impressionar”, trazendo “muito ‘economês’ e pouca intimidade com os conceitos das relações internacionais” (FSP

18/08/1989, A-7). Essa leitura foi confirmada em entrevista ao embaixador Ricupero, na qual afirma que, por intermédio de Marcos Coimbra, o candidato havia-lhe solicitado um *briefing* sobre a política externa brasileira (Ricupero, 2014)⁶. O texto, entregue a Collor no contexto da viagem a Europa⁷, foi publicado em compilação de artigos do embaixador Ricupero alguns anos mais tarde. Nele – que compararemos com as propostas enunciadas por Collor – lê-se o seguinte:

Qual poderia, então, ser uma plataforma para uma política externa moderna e atualizada? A resposta é que esse tipo de política deveria estar dirigido a facilitar a inserção do Brasil num contexto internacional marcado por profundas mudanças econômicas e políticas, de maneira a permitir superar nossos estrangulamentos econômicos e retomar o desenvolvimento. É claro que essa política não poderia ser feita no vácuo, isoladamente, sob pena de faltar-lhe toda credibilidade interna e externa. Ela teria de ser uma das pernas de um tripé, do qual as outras duas bases de sustentação seriam um vasto programa de reconstrução e reestruturação econômica e uma ação eficaz no âmbito da proteção ambiental, dos índios e dos direitos humanos (Ricupero 1995, 189)

Todos esses elementos se faziam presentes no longo discurso de campanha, cuja maior inovação estava ligada à dívida externa. O candidato propunha que a União retirasse seu aval dos débitos contraídos pela iniciativa privada e pelos governos e empresas estatais de âmbito estadual ou municipal junto aos credores internacionais. A medida subdividiria a dívida total – avaliada, naquele momento, em US\$ 110 bilhões – em fatias a serem renegociadas separadamente. Enquanto a proposta, em si, enquadrava-se sem dificuldades numa atitude nacionalista, interessada em maximizar a margem de manobra no árduo processo de renegociação da dívida – e aparentemente desinteressante aos credores – a postura do candidato o colocava, em termos retóricos, em campo bastante diverso das posições à esquerda. “Não quero, não pretendo nem desejo brigar com o FMI. Estou disposto, sim, a brigar dentro do FMI”, disse Collor, para espanto de boa parte da plateia que o ouvia, especialmente de Zélia Cardoso de Mello, sua principal auxiliar econômica (Collor de Mello 1989, 107). No texto original do capítulo sobre a dívida, redigido por Zélia, não havia menção ao Fundo Monetário Internacional – entidade demonizada por amplos setores da sociedade e pelo próprio governo Sarney, que havia acabado de acusar os credores internacionais de colocarem o Brasil em “quarentena” financeira (FSP 13/07/1989, A-4). O trecho havia sido inserido por Collor, de próprio punho, momentos antes do discurso (Veja 19/07/1989, 34).

Havia uma razão para tal. Se as viagens lhe haviam servido de lição, Collor sabia que, se eleito, não encontraria interlocutores dispostos a aceitar a proposta da retirada do aval sem que o Brasil se apresentasse como um país crível. A questão da credibilidade havia se tornado ponto

⁶ “Não é que eu pretenda que isso tenha influído, mas eu achei curioso porque, na pior das hipóteses, se ele não seu ou não se ligou, pelo menos mostra que era uma ideia que estava no ar, que eu tinha, que ele tinha, bem como outras pessoas (...). Você está, assim, num certo “comprimento de onda” (...), todo mundo sente mais ou menos a mesma coisa, apenas uns são mais capazes de exprimir isso mais claramente do que outros” (Ricupero 2014).

⁷ Embora, aparentemente, Collor e Ricupero não tenham se encontrado pessoalmente àquela ocasião (Collor 2011).

crítico nos estertores do governo Sarney. “O Brasil de Sarney carrega uma fama mundial de trambiqueiro e incendiário de florestas”, ironizava Paulo Francis (1989, B-4). Na semana que antecedeu o discurso de lançamento da candidatura, o Brasil deixara de honrar o pagamento de US\$ 800 milhões em juros ao Clube de Paris, e mais US\$ 30 milhões, além de decretar a centralização das operações de câmbio. Tudo indicava que o país rumava para uma situação de moratória, ainda que não declarada.

O que o governo Sarney talvez compreendesse, mas não apresentasse condições de contornar, é que mais do que simplesmente os rumos da economia, era a imagem do país que estava em jogo. México e Venezuela encontravam-se em meio a duras negociações das suas próprias dívidas, que envolviam um embate entre o Tesouro americano – disposto a aliviar parte dos devidos, no espírito do Plano Brady – e os bancos privados dos EUA, muito menos flexíveis⁸. Se estes países estavam logrando algum avanço no encaminhamento de seus próprios problemas junto ao governo Bush, isso se devia à credibilidade que haviam construído diante dos olhos americanos. E isso tinha muito menos a ver com estabilidade das instituições democráticas ou com a lisura do processo político, e mais com quão confiáveis eram os devedores em cumprir com as regras impostas por quem emprestava, nos marcos do *Consenso de Washington*.

Ao tratar do problema econômico em seu *briefing* entregue ao candidato, Ricupero aborda a questão da dívida da seguinte forma:

Um programa [de reestruturação econômica], do qual o plano anti-inflacionário, de saneamento de déficit e outras medidas, constituirá o ingrediente central, terá de ser vendido lá fora, aos governos dos principais países industrializados e às agências internacionais como o FMI e o Banco Mundial (...) *Para isso, a solução terá de ser buscada dentro do sistema e não contra ele, por negociação e persuasão e não por confronto, dadas as condições adversas da correlação de forças* (Ricupero 1995, 190).

Além da semelhança nas ideias defendidas por Collor e Ricupero em questões ligadas à dívida, havia também uma preocupação ambiental bastante cara a ambos. A conclusão do embaixador sobre a necessidade de uma “estratégia internacional integrada” passa, exatamente, por uma política efetiva de proteção ambiental e de defesa dos direitos humanos, aí incluídas as questões indígenas e os conflitos agrários.

Esses temas, cada vez mais entrelaçados, vêm desencadeando contra o Brasil uma onda perigosa de hostilidade que penetra os mais diversos setores da opinião pública internacional e está na raiz de crescentes estrangulamentos para atrair não só empréstimos do Banco Mundial e do BID mas até de investimentos privados (Ricupero 1995, 192).

Ecologia: um tema de particular interesse eleitoral

⁸ “O presidente George Bush telefonou pessoalmente ao diretor-presidente do Citibank, John Reed, e pediu-lhe que fizesse um ‘esforço extra’ para ajudar o México, e Reed convocou, desde quarta-feira passada, uma reunião com os 15 diretores-presidentes dos principais bancos dos EUA” (Francis 1989, A-2).

A questão ecológica já vinha se transformando há algum tempo na agenda brasileira, mas nenhum dos principais presidenciáveis havia lhe dado a devida atenção até aquele momento⁹. O país encontrava-se, nos idos de 1988, no epicentro da “segunda onda do meio ambiente” que informava o debate global sobre ecologia. Alguns acontecimentos tornaram o Brasil não somente exposto ao escrutínio internacional, como também vulnerável às pressões vindas das potências industrializadas, para as quais o tema da preservação ambiental havia ganhado novo significado. O primeiro deles relacionava-se à ampla divulgação do Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum”), documento publicado em 1987 no âmbito das Nações Unidas e que refletia as preocupações ambientais de uma nova geração dos países desenvolvidos, principalmente europeus (United Nations 1987). A poluição – tema presente nos debates ambientais desde a Conferência de Estocolmo, em 1972 – havia dado lugar, dentre as preocupações da opinião pública, a temas como mudança do clima e perda de biodiversidade (Corrêa do Lago 2006, 147).

Com efeito, o aumento das queimadas na Amazônia recebeu particular destaque na imprensa internacional, uma vez que se relacionava com os novos temores dos ambientalistas. Alguns artigos contribuíam para o cenário aparentemente catastrófico, como aquele publicado no *The New York Times*, em agosto de 1988: “A destruição e a queima de florestas aqui [no Brasil] é tão vasta, dizem os cientistas, que ela pode ser responsável por pelo menos um décimo da emissão antrópica de dióxido de carbono, que se acredita estar causando um aquecimento da terra por meio do efeito estufa” (NYT 12/08/1988). Outros chegavam imputar responsabilidade sobre o governo brasileiro. Apesar de todos os problemas internos – das negociações da Assembleia Constituinte à crise econômica pós-Cruzado – o presidente José Sarney decide tomar medidas que fossem capazes de apaziguar, interna e externamente, a animosidade da opinião pública, sinalizando o compromisso do país com a questão ecológica, como o lançamento do Programa Nossa Natureza e a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A resposta brasileira também se manifestou no campo diplomático. O Itamaraty vinha acompanhando, ao longo do ano de 1988, o crescimento das críticas de grupos ambientalistas e da

⁹ A óbvia exceção era Fernando Gabeira, do PV. Originalmente cotado para assumir o lugar de vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva, a excessiva ênfase de Gabeira nos temas ambientais e a fragilidade eleitoral do PV fez com que fosse preterido, em favor do senador José Paulo Bisol (PSDB-RS), após uma longa discussão das lideranças que compunham a *Frente Brasil Popular*. A incorporação de Gabeira foi duramente combatida, entre outros, por Francisco Weffort, que comparou, em texto de opinião no dia 21 de junho, a escolha de Gabeira – “um brilhante porta-voz de temas de minoria (...), limitação fatal em uma campanha eleitoral de massas de alcance nacional” – a um “retorno ao gueto” político (Weffort 1989, A-3). Ainda que a posição de Weffort tenha sido publicamente censurada por alguns importantes correligionários (Dallari 1989; Dirceu 1989; Genoíno 1989), a nomeação de Bisol, um tucano desgarrado, no lugar de Gabeira, político sintonizado com uma das questões mais candentes da agenda internacional, demonstra o pragmatismo do PT em sua necessidade de manter a frente unida e flertar com um eleitor de centro-esquerda.

imprensa internacional aos problemas ambientais brasileiros. Aliados às dificuldades financeiras e à desaceleração da economia, tais problemas “constituíam importantes barreiras para que aspectos mais positivos da sociedade brasileira, como a redemocratização e o processo de elaboração da nova Constituição, pudessem ser percebidos no exterior”. Foi, portanto, do Ministério das Relações Exteriores que partiu a ideia de sediar a Conferência de 1992 no Brasil, manifestada pelo então embaixador junto às Nações Unidas, Paulo Nogueira Batista, em discurso na Segunda Comissão da Assembleia Geral, em 6 de dezembro de 1988. Do ponto de vista político, sobretudo em relação à credibilidade internacional do Brasil, o governo tinha consciência de que tinha mais a ganhar do que a perder ao tomar essa decisão – cujo risco mais evidente era ampliar a exposição brasileira às preocupações ecológicas (Corrêa do Lago 2006, 151).

Mas era claro para os diplomatas que articularam a candidatura brasileira em 1988 – entre os quais Nogueira Batista e o Secretário-Geral do Itamaraty, Paulo Tarso Flecha de Lima – que o Brasil não queria assumir, com a decisão de sediar a Conferência, uma posição de alinhamento às prioridades dos países desenvolvidos. Continuava, portanto, a defender os corolários diplomáticos do desenvolvimento econômico e da soberania inalienável sobre seus recursos naturais. O que não se esperava era que, com o assassinato de Chico Mendes – seringueiro e ambientalista de prestígio internacional – duas semanas após a decisão brasileira de realizar a Conferência, o tom das críticas ambientais internacionais aumentaria. Trazia-se à tona o entendimento (que já ganhava espaço em alguns círculos no hemisfério Norte) de que a floresta amazônica, por se tratar de um bem público global, deveria ser transferida para controle internacional caso o Brasil seguisse colocando em risco sua integridade. Era o conceito do *direito de ingerência*, criada pelo jurista Bernard Kouchner em 1987 e outrora aplicado a questões humanitárias, agora sendo estendido a “massacres ambientais”.

A pressão internacional manifestava-se de diversas maneiras: de protestos de ambientalistas destinados ao governo brasileiro a declarações de lideranças mundiais, a credibilidade brasileira estava sendo colocada em xeque. Em janeiro de 1989, uma delegação de vinte norte-americanos – dentre os quais os senadores Timothy Wirth, Albert Gore e John Heinz, os deputados John Bryant e Gerry Silkorski e o biólogo Thomas Lovejoy, do Smithsonian Institute – veio ao Brasil, reunindo-se com o presidente Sarney e com autoridades e ativistas locais na região amazônica. Ao fim da viagem, Wirth declarou que o governo brasileiro subestima a questão ambiental, que o problema ecológico no país é “extremamente complicado” e que o salvamento da Amazônia é “absolutamente crucial” (FSP 20/01/1989, C-4). Al Gore – que mais tarde transformou-se num defensor vocal da causa ecológica – chegou a ponto de declarar que “ao contrário do que creem os brasileiros, a Amazônia não é sua propriedade, ela pertence a todos nós” (NYT 18/05/2008).

Dois meses mais tarde, na Conferência Internacional sobre Proteção da Atmosfera do Globo, na Haia, os representantes brasileiros, Flecha de Lima e Bernardo Pericás, ouviram diretamente do primeiro-ministro da França, Michel Rocard, que o Brasil não era capaz de cuidar da Amazônia (Corrêa do Lago 2006, 153). O presidente francês, François Mitterrand – um dos proponentes da Conferência, junto com os chefes de Estado de Holanda e Noruega – foi mais longe, acrescentando que achava natural que alguns países de Terceiro Mundo renunciassem “a parte de suas soberanias” em questões ambientais. O Itamaraty trabalhou para evitar, na reunião multilateral, que se criasse – como era a vontade dos proponentes – uma “polícia ecológica internacional”, ou um “ministério público ecológico” (FSP 12/03/1990, C-3).

As crescentes pressões internacionais nas questões ambientais, que compreendemos como um atributo das dinâmicas próprias de um sistema internacional em transformação, inspiraram um capítulo inteiro da proposta de governo lançada por Collor. Intitulada “O Desenvolvimento Não-Predatório”, o trecho faz referências gerais à situação do debate ambiental, tece críticas à incapacidade do governo Sarney em proteger os ecossistemas locais, e propõe soluções multilaterais para a crise ecológica – como o Imposto Internacional sobre Poluição, já apresentado em sua viagem à Europa. Mais importante, contudo, é a afirmação de que “o controle ambiental, a manutenção dos ecossistemas e o problema de poluição *têm que ser tratados soberanamente pelas nações*”. Prossegue o candidato do PRN, a título conclusivo, que “o planejamento de um desenvolvimento não-predatório faz parte, conseqüentemente, de nossas responsabilidades para com o resto da humanidade e, fundamentalmente, para com o nosso próprio futuro como nação soberana” (Collor de Mello 1989, 124-5).

Questões internacionais e a reta final da campanha

Desde a apresentação do programa de governo e a definição da corrida eleitoral, os temas internacionais passaram a ocupar lugar menor nas campanhas, inclusive na de Fernando Collor. Agosto, no entanto, começou com uma declaração polêmica que o perseguiu pelo restante do mês – sem grandes implicações eleitorais, mas com o potencial de criar um mal-estar de maiores proporções. No dia 2, durante debate no clube “A Hebraica”, em São Paulo, Collor emitiu uma série de opiniões “nitidamente pró-semitas”, em seus próprios termos. Disse ser contra a criação de um Estado palestino nos territórios árabes ocupados por Israel e discordou da devolução de Gaza e da Cisjordânia para esses fins. “Israel vem lutando muito, por tantos anos. Que não mexam com os territórios que já foram ganhos”. Aplaudido com entusiasmo pelas quase mil pessoas que lotavam o auditório do clube, o candidato também deu pistas de como seria sua política externa com relação ao conflito israelo-palestino. Em primeiro lugar, manifestou-se contrário ao voto dado

pelo Brasil nas Nações Unidas, em 1975, equiparando o sionismo ao racismo. Disse, ademais, não concordar com o estabelecimento, no Brasil, de um escritório de representação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) – que qualificou como uma entidade “terrorista”. Se eleito, não receberia seu líder, Yasser Arafat, com honras de chefe de Estado (FSP 04/08/1989, A-5).

Se suas posições certamente soaram bem aos ouvidos da comunidade judaica, elas causaram espanto não somente entre os árabes, mas entre os apoiadores da causa palestina em geral. Nos dias que se seguiram imediatamente às declarações, a Federação das Entidades Árabe-Palestinas Brasileiras e a Federação das Associações Muçulmanas do Brasil enviaram telegramas de protesto ao comitê de Collor. Algumas lideranças tentaram contemporizar, como o representante da Liga Árabe no Brasil, Mohamed Adnan Baghdady, ao afirmar que o candidato “fez esta declaração num momento inadequado”. Outros, como Tawfiq Awad, da Confederação Palestina Latino-Americana, foram mais longe ao dizer que Collor “revelou sua face racista”. O Itamaraty também recebeu uma série de queixas de diplomatas árabes, temerosos de que, com a eleição de Collor, a posição histórica do governo brasileiro – que reconhecia a OLP como “única e legítima representante do povo palestino” – fosse colocada em risco. Na Câmara Municipal de São Paulo, cidade de grande população descendente de árabes, uma frente suprapartidária – composta pelos líderes de PT, PDS, PCB, PCdoB e PDT – assinou manifesto em repúdio às declarações de Collor (FSP 05/08/1989, A-6). Em Foz do Iguaçu, o presidente do Centro Cultural Árabe-Brasileiro, Mohamed Barakat, organizou um protesto de cerca de 400 pessoas e bloqueou parte da estrada que dá acesso à cidade quando o candidato foi visitá-la (FSP 27/01/1990, A-7).

As manifestações obrigaram Collor a retroceder. Na semana seguinte, o candidato publicou uma nota oficial em que pregava o entendimento entre árabes e judeus, de uma perspectiva de equidistância. Recebeu elogios, embora com certo tom de condescendência, por parte de Gilberto Dimenstein, que escreveu em sua coluna:

A nota mostra que, se Collor ainda está imaturo politicamente, incapaz de medir o efeito de suas palavras, vem aprendendo alguma coisa. Tanto que melhorou os termos de sua posição em relação ao conflito do Oriente Médio, certamente acalmando o ambiente que iniciava uma radicalização (...). A eterna crise no Oriente Médio serve como exemplo de que o destempero não compensa (Dimenstein 1989c, A-2).

No dia 15 de agosto, o candidato do PRN almoçou na casa do embaixador da Arábia Saudita como forma de dirimir o mal-estar das declarações realizadas no começo do mês. No evento, doze embaixadores e o novo representante da OLP no Brasil, Ahmad Sobeh, ouviram uma promessa de Collor de Mello: caso eleito presidente, trabalharia para estreitar as relações diplomáticas e ampliar o comércio e os investimentos com o mundo árabe. O candidato também falou em favor da paz no Oriente Médio e em favor da autodeterminação dos povos. Ao final,

tanto Collor quanto o embaixador saudita, Abdullah Saleh Hababi, declararam que as divergências estavam resolvidas (OESP 16/08/1989, 7).

A querela, contudo, durou mais alguns dias. Em primeiro lugar, nem alguns membros da comunidade judaica nem dos árabes aceitaram, pelo valor de face, as declarações mais recentes do candidato. O presidente da Confederação Israelita do Brasil e do Congresso Judaico Latino-Americano, Benno Milnitzky, afirmou que Collor “se precipitou por duas vezes”, lamentando sua inconstância de posições e alegando que ela poderia acirrar ainda mais o estado de ânimo entre as duas comunidades. Hussein Mohamed El Zoghbi, presidente da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, qualificou as declarações do ex-governador de Alagoas “um atentado à inteligência” e completou: “nós resistiremos a essa candidatura durante toda a campanha”. As reações mais exaltadas vieram de Abdo Nassif, presidente do Centro Cultural Árabe-Brasileiro, para quem a reunião de Collor com os embaixadores não fará com que a comunidade esqueça suas graves declarações. “Nem o presidente mais conservador dos EUA faria tais declarações. Eu gostaria de saber quanto custou o seu discurso na Hebraica, porque só pode ter sido pago” (FSP 18/08/1989, B-5).

Além disso, os demais candidatos buscaram capitalizar as polêmicas declarações de Collor. Maluf e Brizola rapidamente demarcaram suas posições, surpreendentemente semelhantes, de apoio à criação de um Estado palestino, com a permanência e a segurança de Israel, bem como a manutenção do escritório da OLP no Brasil. Em entrevista a jornalistas estrangeiros, na Confederação Nacional do Comércio, no Rio, Paulo Maluf disse que a criação da Palestina é uma forma de acabar com a crise do Oriente Médio. No debate da TV Bandeirantes, o candidato do PDT disse ser “contra qualquer tipo de repressão” (OESP 16/08/1989, 7). Dias mais tarde, em almoço semelhante àquele do qual havia participado Collor, na residência oficial do embaixador saudita, disse que trabalharia, se eleito, pelo reconhecimento soberano da Organização para a Libertação da Palestina (FSP 24/08/1989, B-3). O próprio Jânio Quadros, que quase foi candidato, disse que seu apoio ao alagoano estaria condicionado a ele “não cometer mais besteiras”, como as posições hesitantes sobre o conflito israelo-palestino (FSP 17/08/1989, B-4).

A última cartada de Collor, Maluf e Brizola

Com a poeira mais baixa, na segunda metade de agosto, Collor cogitou fazer outra viagem ao exterior, dessa vez ao México e aos Estados Unidos. Internacionalmente, o momento era auspicioso. No início daquele mês, em participação no 7º Encontro da Comissão Binacional Estados Unidos-México, secretário Baker anunciou: “os Estados Unidos não têm amigo mais importante do que o México” (Veja 16/08/1989: 55). A declaração, claramente destinada a selar o

início de uma nova era nas relações entre os dois países, era entendida como reflexo da mudança de comportamento do governo mexicano, sob o comando de Salinas de Gortari, com relação ao seu vizinho do norte. O México, que já vinha ganhando tratamento diferenciado na condução do problema da dívida, agora era elevado à condição de parceiro preferencial. A Collor interessava conhecer os detalhes do acordo firmado pelos mexicanos com os bancos credores – ainda que houvesse certo ceticismo, por parte dos principais assessores econômicos do candidato, quanto às vantagens do acordo (O Globo 15/08/1989, 3).

Para Collor, atrelar sua imagem à do presidente que havia causado uma reviravolta positiva nas relações com os EUA e na situação da dívida poderia ser uma boa alternativa ao duelo de campanha que se acirrava. No roteiro, também estava incluído um jantar na residência oficial do embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira, para o dia 7 de setembro, além de encontros com o presidente da Câmara dos EUA, Tom Fowley, com empresários do *Council of America* e com os secretários de Estado, James Baker, e do Tesouro, Nicholas Brady. Se conseguisse uma reunião com Bush, aliás, Collor seria um dos raros casos em que um candidato era recebido, antes das eleições, pelo presidente norte-americano – exceção que havia sido aberta, recentemente, pelo próprio Salinas de Gortari (FSP 18/08/1989, B-5).

Os dias se passaram e não se falou mais da turnê de Collor de Mello pela América do Norte, por mais avançadas que estivessem as tratativas para os encontros de alto nível. O cancelamento da viagem convida a pelo menos três explicações. Em primeiro lugar, pode ser que não se tenha conseguido a audiência com Bush, o que reduziria drasticamente os benefícios relativos dos dez dias de ausência – os demais encontros, por relevantes que fossem, não causariam o mesmo impacto eleitoral. É também possível que a desistência estivesse ligada à tendência de estagnação em que o candidato se encontrava nas pesquisas. A sondagem do Datafolha realizada entre 19 e 20 de agosto, bem como a do Ibope, do dia 25 de agosto, mostrava que Collor atingira o teto das intenções de voto – estacionando em 41%, no primeiro caso, e em 44%, no segundo, o que o mantinha distante dos demais candidatos, mas não garantia a vitória no primeiro turno (Veja 18/10/1989, 46-7). Por fim, pode-se conjecturar que o candidato do PRN decidiu cancelar sua ida ao exterior em função de outro candidato que, à semelhança do que fizera Brizola em junho, tomou a dianteira e embarcou primeiro rumo aos Estados Unidos: Paulo Maluf.

Maluf havia resolvido viajar “furtivamente” aos EUA no dia 3 de setembro – data originalmente aventada para o início da excursão de Collor – ao fim de uma semana de conquistas eleitorais importantes. Depois de muito esforço, o pedessista conseguira polarizar o debate com Brizola, ameaçando-lhe a segunda colocação e criando embaraços ao ex-governador do Rio. Causou certa estranheza, portanto, a decisão do candidato do PDS de desaparecer por cinco dias

em vez de prosseguir ocupando os espaços abertos por Brizola. Percebendo, por outro lado, que dificilmente tiraria votos de seu principal oponente, Maluf decidiu atuar numa seara na qual Collor havia se saído bem: as viagens internacionais, vinculando seu nome ao de um estadista estrangeiro. O escolhido era Ronald Reagan, considerado o “político do século” dos EUA e de quem Maluf, segundo ele próprio, era amigo pessoal (FSP 10/09/1989, B-3).

O plano, contudo, não saiu como o esperado: Reagan não permitiu que fossem veiculadas imagens do encontro. Não bastasse isso, ao chegar em Nova York, o candidato do PDS foi vaiado por brasileiros residentes na cidade, ao participar de uma missa em comemoração ao Dia da Independência do Brasil. Diante do fiasco da viagem, Maluf tentou se esquivar de várias maneiras. Disse, por exemplo, que não tinha interesse de usar fotos de dirigentes estrangeiros na campanha e que seus objetivos na viagem eram muito maiores do que uma foto com o ex-presidente norte-americano. “Posso garantir que não é turismo que estou fazendo por aqui”, afirmou Maluf a jornalistas, ainda em sua primeira parada, Los Angeles (OESP 05/09/1989, 4). Quanto às vaias, o candidato acusou ter sido um caso isolado, tendo partido de uma única mulher, que “sofre das faculdades mentais”. O episódio, segundo ele, serviria para comprovar a “péssima” imagem do país no exterior (FSP 10/09/1989, B-3). A experiência de Maluf, avaliada pelo próprio comitê de campanha como um fracasso, era símbolo claro dos perigos de tentar-se atrelar a candidatura a alguma figura no exterior. Na medida em que a batalha eleitoral se acirrava, os custos de uma viagem internacional aumentavam dramaticamente.

Leonel Brizola foi o último a tentar capitalizar uma ida ao exterior antes do início da campanha na televisão, aproveitando um momento em que o pedetista estava em ascensão e sofrendo ataques de Collor, candidato em queda relativa nas intenções de voto. A estratégia, semelhante àquela que ele próprio e seu adversário haviam utilizado alguns meses antes, era a de se vincular a figuras importantes do cenário político europeu como forma de, a um só tempo, assegurar uma aura de credibilidade à candidatura e distinguir-se dos adversários à esquerda – já que Lula não tinha a mesma entrada nos círculos socialistas europeus – e à direita – já que Collor havia tentado se aproximar de alguns líderes da social-democracia do velho continente, mas sem sucesso. Na véspera do embarque para a Europa, Brizola participou do programa *Palanque Eletrônico*, na Globo, e deu a seguinte declaração:

Os partidos socialistas, sociais democratas e trabalhistas na Europa, aos quais somos ligados – (...) [têm] os governos mais avançados, as propostas mais modernas de governo. O Brizola caudilho, o Brizola que é tão desprezado pelas elites aqui foi acolhido lá. Imaginem que se me honraram escolhendo meu nome para Vice-Presidente da Internacional Socialista, alguma coisa viram no Leonel Brizola (...). Os nossos vínculos no mundo são com aquela constelação de nações e com aqueles estadistas: Mitterrand, Mário Soares, Felipe González, Craxi e com aquele homem

extraordinário, cheio de carisma, que até hoje a sua corrente não encontrou outro que o substituisse, que é o Willy Brandt. Enfim, nós nos colocamos aí (O Globo 10/09/1989, 16).

Em solo europeu, Brizola e sua esposa, Neuza Goulart, foram recebidos pelo papa João Paulo II no Vaticano. Apesar de não ser católico praticante, o candidato do PDT prometeu comportar-se como o Sumo Pontífice, se eleito presidente, dedicando um dia da semana a atender pessoalmente à população, a “todos aqueles que se sentirem desprezados pelos poderosos” (FSP 14/09/1989, B-3). A decisão de visitar a Santa Sé foi criticada pelos adversários que disputavam o segundo lugar nas pesquisas com Brizola: em entrevista com os candidatos à sucessão, Lula e Covas, que participaram juntos do programa de rádio, condenaram a atitude do pedetista. Para o tucano, “Igreja não deve ter candidato nem partido”. O petista preferiu a ironia: “Brizola deve ter muitos pecados” (OESP 13/09/1989, 4). Questionado por jornalistas se a audiência com o Papa tinha alguma ligação com o processo eleitoral no Brasil, Brizola disfarçou: “Não tem ligação direta, mas é natural que se divulgue o comportamento pessoal de Leonel Brizola de reverência, de respeito, de apreço pelos sentimentos religiosos de nosso povo” (OESP 14/09/1989, 5). Além do papa, o candidato do PDT encontrou-se com o primeiro-ministro italiano, Bettino Craxi, e com seu contraparte espanhol, Felipe González.

A estratégia de Brizola teve impacto eleitoral pífio. O Datafolha dos dias 23 e 24 de setembro indicava 33% para Collor (contra 41% do mês anterior), 15% para Brizola (contra 14%) e 7% para Lula (contra 5%). Da mesma forma, o Ibope de 22 de setembro apontava 39% para Collor (contra 44% da pesquisa do dia 8 de setembro), 14% para Brizola (contra os mesmos 14%) e 7% para Lula (contra 6%) (Veja 18/09/1989, 57-8). A tendência de queda de Collor relacionava-se pouco com Brizola, que seguia estagnado, ao passo que Lula crescia pela esquerda (FSP 29/09/1989, A-2).

Nos meses seguintes, até a data do primeiro turno das eleições – 15 de novembro – os temas internacionais não voltaram a balizar as campanhas. Àquela altura, as identidades políticas dos candidatos já estavam relativamente consolidadas e não houve nenhum evento político de nível global que canalizasse as atenções políticas no Brasil. O único episódio que merece destaque no contexto da campanha ocorreu em fins de outubro, quando os embaixadores dos sete países mais industrializados do mundo, reunidos no Grupo dos Sete (G-7), promoveram encontros com cada um dos candidatos à presidência, com o objetivo de clarificar suas posições quanto a temas internacionais, em particular o tratamento à dívida externa e ao capital estrangeiro. Preocupava aos embaixadores, em particular, a radicalização dos discursos dos políticos que disputavam a presidência.

Dos sete principais candidatos, o único com quem os representantes do G-7 não conseguiram conversar foi Collor – que havia, recentemente, despertado a indignação dos países industrializados ao chamar os credores de “safados”. Segundo um assessor do candidato do PRN, “o Fernando não tem tempo disponível em sua agenda. Estamos na reta final da campanha. *Nossa preocupação agora é interna*” (O Globo 20/10/1989). A estratégia deu certo, e Collor sagrou-se o candidato mais votado no primeiro turno das eleições de 1989, com quase 29% dos votos válidos.

As eleições de 1989 e a queda do muro de Berlim

No mês transcorrido entre os dois turnos eleitorais, os candidatos não se debruçaram especificamente sobre temas internacionais, embora a campanha de Collor e Lula tenha ocorrido no contexto das repercussões da queda do muro de Berlim, iniciada na noite de 9 de novembro. Com ela, a dicotomia ideológica que pautara as décadas de Guerra Fria, bem como a retórica socialista, baliza de diversas campanhas que participaram da corrida presidencial, começavam a causar uma estranheza que seria impensável alguns meses antes. Ao passo que se dissolviam as fronteiras da cortina de ferro soviética, os projetos oferecidos pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, outrora progressistas, revestiam-se de incômodo anacronismo.

Isso serviu à campanha de Collor, que se esforçou em traçar uma linha muito clara entre o moderno, representado por ele, e o arcaísmo da frente de esquerda. A pouco mais de uma semana do pleito decisivo, o programa do candidato Fernando Collor de Mello anunciava, com uma voz em *off*, uma das virtudes que haviam permeado a imagem e o discurso daquela campanha nos intensos meses que precederam ao pleito: a modernidade. “Para fazer o programa mais moderno dos candidatos, Collor viajou muito, pelo Brasil e pelo exterior; único estadista que pode por o Brasil ao lado das nações mais desenvolvidas do mundo”. Às vésperas da eleição, no último debate entre os contendores – que deixou sua marca na história pela edição tendenciosa ao candidato à direita, que o impulsionou na reta final –, Collor demarcava, apropriando-se do espírito do tempo, as diferenças profundas entre ele próprio e Lula: “De um lado está a candidatura do centro democrático, por mim representada, do outro lado está uma candidatura que esposa teses estranhas ao nosso meio, teses marxistas, teses estatizantes, teses que não primam pelos princípios democráticos consagrados na nova carta constitucional” (FSP 11/12/1999).

Aos 17 de dezembro de 1989, Fernando Collor de Mello sagrava-se vitorioso nas urnas, com mais de 35 milhões de votos. O primeiro presidente eleito pela via direta após três décadas de turbulências e exceções políticas havia chegado ao cargo máximo da República com a promessa de levá-la rumo à modernidade, colocando o Brasil no rol das nações desenvolvidas, o que envolvia um imbricado jogo entre pactos domésticos, decisões econômicas e barganhas internacionais.

Conduzir o Brasil ao Primeiro Mundo exigiria de Collor e seu governo, a um só tempo, recompor a economia do país e adequá-la a um mundo em transformação, marcado pelo aprofundamento da interdependência financeiro-comercial e pelo rearranjo das forças políticas e econômicas. Nesse esforço do novo presidente de conformar do Brasil às expectativas e prognósticos globais, somente restava-lhe saber por onde começar.

Considerações finais

No momento em que este texto foi originalmente escrito, em 2014, ainda não era possível identificar um padrão na estratégia internacional de candidatos à presidência da República. Nos ciclos eleitorais posteriores a 1989, nenhum presidenciável fez campanha no exterior. O cenário, contudo, mudou radicalmente no pleito de 2018, graças ao então deputado Jair Bolsonaro. Logo que apresentou sua pré-candidatura, embarcou em uma série de missões parlamentares – Israel, em 2016; Estados Unidos, em 2017 e Japão, Coreia do Sul e Taiwan, em 2018 – como parte integrante de seus esforços de campanha. O triunfo eleitoral de Bolsonaro, amparado por boas relações com comunidades judaica e evangélicas, com o mercado financeiro e com um amplo espectro da população identificado com o anticomunismo, evidencia que a escolha dos destinos estrangeiros não foi fortuita: cada um dos países visitados possuía significado simbólico e material junto a grupos que o apoiaram. Mais que isso, reforçam o argumento, ainda carente de teorização específica, de que candidatos à presidência (no Brasil ou no mundo) costumam recorrer a viagens internacionais para consolidar certas identidades políticas, na ausência de referenciais domésticos. Às vésperas de um novo ciclo eleitoral no país, já é possível notar movimentos específicos rumo ao exterior, sobretudo da parte do atual presidente, Bolsonaro, e do ex-presidente Lula, seu principal oponente na corrida presidencial. Desta vez, por uma razão diferente: em vez de buscar identidades novas, ambos necessitam defender seu legado político, tanto dentro quanto fora do Brasil.

Referências bibliográficas

- Aith, Marcio. “Desafios e euforia do amigo americano de Lula”, *Folha de São Paulo*, 09 de dezembro de 2002.
- Araujo, Motta. “A história do Istituto per la Ricostruzione Industriale”, 15 de maio de 2014. Disponível em <http://jornalggn.com.br/noticia/a-historia-do-istituto-per-la-ricostruzione-industriale>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.
- Arquivo Nacional. “Jânio Quadros visita Cuba”, 2 de maio de 2019. Disponível em <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/67-surpresa/154-janio-quadros-visita-cuba.html>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.
- Collor de Mello, Fernando. “Projeto Brasil Novo”. Em: Claret, Martin. *O Fenômeno Collor*. São Paulo: Martin Claret, 1989, p. 107.

- Corrêa do Lago, André Aranha. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2006.
- Dallari, Pedro. “Quem tem medo de Lula e Gabeira?”, *Folha de São Paulo*, 22 de junho de 1989, p. A3.
- Dimenstein, Gilberto. “Covas versus Covas”, *Folha de São Paulo*, 04 de julho de 1989a, p. A-2.
- Dimenstein, Gilberto. “Delfim ironiza Covas”, *Folha de São Paulo*, 05 de julho de 1989b, p. A-2.
- Dimenstein, Gilberto. “A OLP e as eleições”, *Folha de São Paulo*, 15 de agosto de 1989c, p. A-2.
- Dirceu, José. “De volta à cúpula”, *Folha de São Paulo*, 23 de junho de 1989, p. A-3.
- Faria, Tales. “Raposas à solta”. *Folha de São Paulo*, 21 de junho de 1989, p. A-2.
- Folha de S. Paulo (FSP), New York Times (NYT), O Estado de S. Paulo (OESP) e O Globo, Veja, diversas edições.
- FPA (Fundação Perseu Abramo). “O PT e as eleições presidenciais de 1989”. **Documentos**, no. 8, ano 6, 2012.
- Francis, Paulo. “George Bush intercede pelo México, mas não pelo Brasil”, *Folha de São Paulo*, 08 de julho de 1989, p. B-4.
- Genoíno, José. “O PT entre o arcaico e o moderno”, *Folha de São Paulo*, 04 de julho de 1989, p. A-3.
- Kinzo, Maria D’Alva G. “Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, no. 54 (2004): 23-41. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100002>
- Lins da Silva, Carlos Eduardo. “O candidato de plástico”. *Folha de São Paulo*, 28 de maio de 1989, p. A-2.
- Lins da Silva, Carlos Eduardo. “Ausência veio na hora certa”, *Folha de São Paulo*, 04 de julho de 1989, p. A-4.
- Lopes, Dawisson e Carlos Aurélio Pimenta de Faria. “Eleições presidenciais e política externa brasileira”. *Estudos Internacionais*, vol. 2, no. 2 (2014): 139-147.
- Noblat, Ricardo. *O Céu dos Favoritos: o Brasil de Sarney a Collor*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.
- Ricupero, Rubens. “Um projeto de política externa para o Brasil”. Em: *Visões do Brasil*, org. Ricupero, Rubens, 188-192. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- Ricupero, Rubens. Entrevista ao autor, 30 de outubro de 2014.
<https://doi.org/10.21134/22553568.2014.6.EJA>
- Rodrigues, Newton. “Viagem de candidato”, *Folha de São Paulo*, 1º de julho de 1989, p. A-2.
- Rossi, Clóvis. “Collor, visto de perto”. *Folha de São Paulo*, 28 de maio de 1989, p. A-2.
- Sachs, Jeffrey. “The Bolivian Hyperinflation and Stabilization”. *AEA Papers and Proceedings*, May 1987. <https://doi.org/10.3386/w2073>
- Singer, André. “Acabou a geléia”. *Folha de São Paulo*, 23 de julho de 1989, p. A-2.
- United Nations. “Report of the World Commission on Environment and Development: our common future”, 1987.
- Waack, William. “De Paris a Mombaça, tudo é festa”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de julho de 1989, p. 2.
-

Watkins, Thayer. “Privatization in France”, *Economic Department of San Jose State University*, 2003.

Weffort, Francisco C. “De volta ao gueto?”, *Folha de São Paulo*, 21 de junho de 1989, p. A-3.

Recebido: 18 de dezembro de 2021

Aprovado: 03 de fevereiro de 2022